

Redutor divide o Governo

Sugestões de Simonsen enfrentam oposição de Maílson

CÉSAR FONSECA
Da Editoria de Economia

A proposta do ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, de combater a inflação através da aplicação de um redutor sobre preços públicos e salários está dividindo os ministros da área econômica. O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, discorda da proposta porque acredita que contribuiria para desorganizar ainda mais a economia, mas o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, concorda, por entender que é preciso fazer alguma coisa para evitar que a inflação fuja do controle do Governo.

Maílson da Nóbrega e seus principais assessores, Paulo César Ximenes, secretário-geral da Fazenda, e João Batista de Camargo, chefe da assessoria econômica, discutiram longamente, na última quinta-feira, o documento que Simonsen encaminhou ao presidente Sarney e ao Ministério da Fazenda, contendo a sua proposta básica de desindexação, e concluíram que são grandes os riscos que o Governo correria, no momento, se a medida fosse implementada. Maílson comparou a sugestão de Simonsen com igual proposta colocada em prática pelo ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto, no governo Figueiredo, em 1982, quando prefixou a correção monetária em 50 por cento para tentar conter a inflação e obteve resultados frustrantes, além de ter contribuído para a desorganização da política econômica, já que com a correção abaixo da inflação os poupadões em cadernetas de poupança fizeram opção macia pelo consumo, gerando mais uma inflação.

Maílson e seus assessores acreditam que se for aplicado um redutor, agora, para tentar conter a inflação, poderá ocorrer, como em 1982, um esvaziamento da poupança e uma corrida ao consumo, produzindo pressão de demanda na economia num momento de grande incerteza e intransqüilidade dos agentes econômicos. Atualmente, existe Cr\$ 5 trilhões depositados em cadernetas de poupança. Qualquer movimento que sinalize uma queda do rendimento da poupança decorrente de uma mexida nos índices, poderá levar os poupadões a outras opções, entre estas a de aumentar o consumo, que poderia, consequentemente, aquecer ainda mais o processo inflacionário.

ARQUIVO



Simonsen quer um redutor sobre os preços e salários

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, tem defendido a sugestão do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, mas paralelamente tem ressaltado que somente através do aprofundamento de medidas destinadas a cortar gastos do Governo e aumentar as taxas de juros será possível alcançar resultados positivos com a aplicação do redutor. Maílson da Nóbrega concorda, também, com a necessidade de aprofundar cortes nos gastos públicos antes de qualquer outra medida, mas, conforme comentários ouvidos entre os economistas do Ministério da Fazenda, ele não se sentiria confortável no cargo adotando uma sugestão que não é sua. Caso ela não surtisse efeito, e essa possibilidade é plausível em face da experiência anterior tentada inutilmente por Delfim Netto, em 1982, poderia ser sacrificado

por executar uma proposta alheia.

CORTES

Para a proposta de Simonsen dar certo, na opinião de um dos economistas da secretaria econômica da Fazenda, que assessora João Batista de Camargo, seria indispensável promover novos cortes, principalmente, na folha de pagamento de pessoal, porque ela, atualmente, consome 50 por cento das receitas disponíveis. Além de cortar na folha, o ministro Maílson da Nóbrega tem defendido junto ao presidente José Sarney a necessidade de cortar incentivos fiscais e subsídios, mas tais sugestões esbarram nos interesses políticos do Governo.

As sugestões da Fazenda encaminhadas ao Palácio do Planalto, no entanto, têm encontrado

resistências no Gabinete Civil. O ministro Ronaldo Costa Couto, que cuida dos interesses políticos do presidente Sarney, tem rechaçado as propostas de corte na folha de pagamento, resistido às que eliminam incentivos fiscais na Região Nordeste e somente concordou com a que foi adotada na última sexta-feira, de antecipar a cobrança de impostos para aumentar a arrecadação, evitando os prejuízos que têm provocado no caixa do Tesouro a escalada inflacionária.

ESTAGNAÇÃO

O controle do déficit público na casa dos 4 por cento do Produto Interno Bruto está seriamente ameaçado. A escalada inflacionária e a redução progressiva das atividades econômicas estão contribuindo decisivamente neste sentido nos últimos três meses. A inflação ascendente impõe prejuízo à arrecadação, por causa da defasagem entre o fato gerador e a cobrança efetiva dos impostos, fato este que o Governo corrigiu, na sexta-feira, estreitando esta defasagem, mas o outro efeito pernicioso para a arrecadação permanece: a queda das atividades econômicas que diminui a entrada de receita tributária nos cofres do Tesouro.

As medidas cogitadas para serem colocadas em prática a partir da próxima semana não contribuem para melhorar esse panorama. As taxas de juros deverão aumentar para conter a liquidez que o Banco Central considera excessiva. O aumento dos juros, entretanto, contribuirá para aumentar ainda mais os custos das empresas e, certamente, para reduzir o consumo que já está caindo. As empresas repassarão, também, para os seus custos o preço a ser pago pela cobrança antecipada dos impostos. Antes, elas aplicavam no mercado financeiro o dinheiro que recolheriam aos cofres públicos, durante 15 a 20 dias. Reduzido o prazo de recolhimento perderão os ganhos da aplicação. João Batista de Camargo prevê aumento da inflação, mas considera positivo que o Governo arrecade mais, pois reduzirá o déficit, e o importante, a seu ver, agora, é conter o déficit antes de conter a inflação. O fato é que a política econômica do "feijão com arroz" promove decisões que se por um lado solucionam um problema, de outro lado cria outros, de tal forma que, para cortar o déficit, aumenta-se a inflação que, por sua vez, também aumenta o déficit e vice-versa.